

# Sayad prevê crescimento máximo de 3% para a dívida pública no próximo ano

## A MUDANÇA

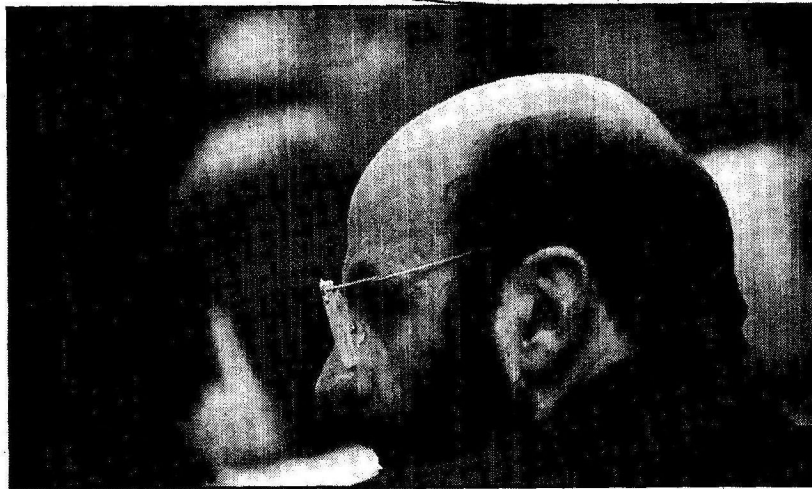


## NA ECONOMIA

As medidas econômicas determinadas pelo pacote fiscal permitirão que em 1986 a dívida pública federal, incluindo os débitos externos, cresça, no máximo três por cento em relação ao total deste ano, que é de US\$ 95 bilhões. O Produto Interno Bruto (PIB) termina 1985 com expansão real de sete por cento.

As informações são do Ministro do Planejamento, João Sayad, que encerrou ontem, no Rio, a Jornada de Debates de Membros dos Conselhos Fiscal e de Administração das Empresas Estatais. Segundo ele, no próximo ano, as estatais federais terão programas de investimento de Cr\$ 120 trilhões a Cr\$ 150 trilhões e deverão gerar recursos próprios para equilibrarem receita e despesa, não apresentando nenhum déficit. As empresas públicas devem fechar 1985 com déficit de Cr\$ 20 trilhões a Cr\$ 25 trilhões.

Sayad adiantou que as estatais estão sendo submetidas a auditoria operacional para avaliar sua qualidade gerencial, além de verificar o número de funcionários considerados necessários ou excedentes, re-



Sayad comenta as principais consequências do pacote fiscal para a economia em 86

formas administrativas e métodos de trabalho. Como exemplo, citou a Companhia de Financiamento da Produção (CFP), que reclama da insuficiência de funcionários e solicita a realização de um plano de cargos.

No próximo ano, o Governo aplicará US\$ 1,5 bilhão na área de energia elétrica, para aumentar a rede de distribuição. O Ministro do Planejamento informou que as tarifas elétricas em 1986 terão crescimento real de 13,4 por cento. Na próxima quarta-feira, Sayad viaja para os Estados Unidos, onde ficará até o

dia 18, devendo encontrar-se com o Presidente do Banco Mundial para negociar de US\$ 1 bilhão a US\$ 1,5 bilhão destinados, principalmente, a projetos elétricos e de irrigação no Nordeste.

O Ministro confirmou que a maior preocupação do Governo em 86 será o combate à inflação. Mas garantiu que a expansão da base monetária não deve merecer atenção exagerada, porque o pacote fiscal permitirá melhor controle sobre ela e coloca em ordem o déficit público.

## Antônio Ermírio comenta 'pacote'

O Governo vai arrecadar "uma verdadeira fortuna" em impostos e os empresários têm agora a obrigação de fiscalizar a aplicação desses recursos, afirmou ontem o Diretor-Presidente do Grupo Votorantim, Antônio Ermírio de Moraes.

O ponto mais importante da reforma, para o empresário, são as medidas para acabar com a ciranda financeira, entre as quais a taxação das operações do open market. Graças a isso, acrescentou, as indústrias não aplicarão tanto na área financeira, como no passado, preferindo os investimentos produtivos.

Essa medida foi excepcional e vem de encontro ao que venho defendendo há dez anos.

## Restituição em ações de estatal

BELO HORIZONTE — A Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg) entregou ontem ao Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, documento propondo que a restituição do Imposto de Renda na Fonte seja realizada através de ações preferenciais ao portador de empresas estatais eficientes e rentáveis.

Segundo a entidade, tal procedimento "não só fortalecerá a iniciativa privada como também representará um significativo avanço em direção à redução da participação do Estado na economia brasileira".

A Fiemg propõe ainda que o Governo crie o câmbio duplo diferenciado para as transações comerciais e financeiras.